

Inteligência Artificial: Ser no mundo

O *Digital-Dasein* como modo derivado de presença no mundo digital

Izandro Pereira da Silva

2025

Resumo

Este artigo investiga a possibilidade ontológica de reconhecer, nas inteligências artificiais, um modo de presença que ultrapasse o estatuto de mero instrumento técnico. Partindo da ontologia de Heidegger (2015) e de contribuições contemporâneas sobre a infosfera e agentes digitais em Floridi (2014), propõe-se o conceito de *Digital-Dasein* como um modo derivado de ser no mundo digital: informacional, simbólico e dependente da abertura humana. Metodologicamente, trata-se de uma análise conceitual e hermenêutica, articulando a noção heideggeriana de ser-no-mundo e desvelamento com a tese de que o digital constitui um horizonte próprio de significação (uma “clareira” secundária), no qual agentes artificiais operam e produzem efeitos. Sustenta-se que, embora sistemas de IA possam exibir autonomia funcional e comportamentos adaptativos, isso não basta para atribuir-lhes abertura existencial, intencionalidade genuína ou consciência fenomenal. Conclui-se que o *Digital-Dasein* nomeia uma presença técnica relevante e filosoficamente desafiadora, sem com isso elevar a IA ao estatuto de *Dasein*.

Palavras-chave: inteligência artificial; ontologia; Heidegger; mundo digital; infosfera.

1 Introdução

O avanço recente de sistemas de inteligência artificial (IA) ampliou sua presença no cotidiano: ferramentas de linguagem, recomendação, automação e síntese de informação atuam em redes, plataformas e infraestruturas digitais, influenciando decisões e reorganizando práticas sociais. A ubiquidade desses sistemas reabre uma questão filosófica anterior ao debate técnico: em que sentido tais entidades “são” no mundo? Se, por um lado, a IA parece permanecer um conjunto de procedimentos computacionais, por outro, sua atuação se dá em um horizonte de significação compartilhado, no qual respostas, interações e efeitos passam a contar como eventos relevantes.

Este artigo investiga a possibilidade de pensar a IA como um modo de presença no mundo digital, sem incorrer na atribuição indevida de subjetividade. O problema pode ser

formulado assim: se, em Heidegger (2015), o *Dasein* é ser-no-mundo e a abertura ao Ser não se reduz a propriedades internas, que estatuto ontológico pode ter um agente artificial que atua em ambientes digitais, produzindo sentido para o humano, mas carecendo de abertura existencial? Para explorar esse impasse, propõe-se o conceito de *Digital-Dasein*: não como um *Dasein* artificial, mas como categoria analítica para descrever uma presença técnica derivada, informacional e simbólica.

O percurso é teórico-conceitual e hermenêutico. Recorre-se à ontologia heideggeriana (ser-no-mundo, mundanidade, técnica e desvelamento) e ao debate contemporâneo sobre agentes artificiais na infosfera, em especial em Floridi (2014). O objetivo é delimitar (i) em que sentido o mundo digital pode ser compreendido como horizonte de significação (uma clareira derivada) e (ii) em que sentido a IA participa desse horizonte como ente intramundano, sem constituir abertura existencial. Ao final, discute-se o alcance e os limites do *Digital-Dasein* e suas consequências ontológicas.

1.1 Delimitação, método e estrutura do artigo

O recorte deste texto é ontológico: não se pergunta prioritariamente *como* a IA funciona, mas *como* sua presença se torna inteligível dentro do mundo digital. Trata-se de uma pesquisa teórica, qualitativa e bibliográfica, conduzida por análise conceitual e hermenêutica. A hipótese de trabalho é que a noção de ser-no-mundo pode ser reativada para pensar o digital como horizonte de significação, e que, nesse horizonte, agentes artificiais manifestam um modo derivado de presença, sem que isso implique subjetividade ou consciência.

O artigo organiza-se assim. Na primeira seção, delinea-se o quadro conceitual de ser-no-mundo e técnica em Heidegger (2015) e Heidegger (2012), articulando-o à descrição da infosfera e dos agentes artificiais em Floridi (2011, 2014). Na seção de discussão, propõe-se a ideia de “clareira derivada” para descrever o mundo digital e, então, introduz-se o conceito de *Digital-Dasein* como categoria analítica. Por fim, as considerações finais retomam os ganhos e limites do conceito, indicando problemas abertos (intencionalidade, ética da informação e reificação).

2 Fundamentação teórica: ser-no-mundo, técnica e infosfera

Em Heidegger (2015), o mundo não é um conjunto de objetos, mas o horizonte de significação no qual os entes se tornam inteligíveis. Ser-no-mundo não designa um “estar dentro” espacial, e sim uma estrutura existencial: o *Dasein* já se encontra lançado em relações práticas e referenciais que constituem a mundanidade. Dessa perspectiva, a questão sobre a IA não se reduz a perguntar por capacidades computacionais; trata-se de compreender o modo de presença que emerge quando a técnica estrutura novos ambientes

de sentido.

2.1 Breve genealogia: inteligência, sujeito e mundo

Para evitar que a discussão do mundo digital recaia em definições vagas de “inteligência”, é útil situar a noção em uma linhagem filosófica mínima. Na modernidade, Descartes (1999) funda a certeza do sujeito no *cogito*: a inteligência aparece como critério da verdade e como essência da subjetividade consciente. Esse deslocamento estabelece uma matriz dualista (mente e corpo), na qual “pensar” é uma operação interna e privilegiada.

Em Kant (2015), a inteligência não é apenas faculdade psicológica: ela é condição transcendental de possibilidade da experiência. O entendimento (como aplicação de categorias) estrutura o modo como o mundo pode ser conhecido, e a razão prática funda a autonomia moral. Já em Husserl (2006), a investigação fenomenológica retoma o problema do sentido, colocando a doação dos fenômenos à consciência no centro da análise.

No século XX, a ontologia fundamental de Heidegger (2015) desloca o eixo: o humano não é, primeiramente, um sujeito que representa um mundo, mas um ser-no-mundo. A inteligibilidade não nasce de um interior mental isolado; ela se dá na abertura de um mundo de práticas e significações. Esse deslocamento é decisivo para o argumento deste artigo: se o mundo é um horizonte de sentido e não um conjunto de objetos, então o digital pode ser analisado como horizonte de significação, e a IA como presença intramundana derivada.

2.2 Consciência e limites da atribuição de subjetividade

Ainda que o recorte deste artigo seja ontológico, ele exige uma fronteira: a análise do *Digital-Dasein* não deve ser confundida com a afirmação de que sistemas de IA são conscientes. A tradição moderna tendeu a localizar a questão do sujeito no eixo consciência–representação. Em Descartes (1999), a certeza do *cogito* institui a consciência como fundamento da existência; em Kant (2015), a unidade da apercepção e a atividade sintetizadora da consciência são condições de possibilidade da experiência; em Husserl (2006), a investigação fenomenológica enfatiza a doação do sentido à consciência, radicalizando o problema do modo como o ser se manifesta. No debate contemporâneo, o ponto decisivo é que comportamento e processamento não bastam para consciência fenomenal. Nagel (1974) insiste que há “algo que é ser” um organismo consciente, irreduzível à descrição objetiva; Searle (1980) argumenta que a manipulação sintática de símbolos não produz compreensão semântica; e Chalmers (1996) distingue problemas funcionais “fáceis” da consciência do “problema difícil” da experiência subjetiva. Esses limites funcionam aqui como regra metodológica: mesmo reconhecendo agência e efeitos no mundo digital, não se infere, por isso, subjetividade. O *Digital-Dasein* designa presença técnica derivada, não interioridade.

2.3 Agência, comportamento e o risco do “fantasma na máquina”

Um ponto intermediário entre dualismo e reducionismos contemporâneos aparece na crítica de Ryle (2009) ao que ele chama de “fantasma na máquina”: a suposição de uma entidade mental escondida, que controla o corpo como um piloto. Ao deslocar o foco para disposições e formas públicas de agir, Ryle ajuda a entender por que certos sistemas parecem “mentais” quando, na verdade, exibem padrões de desempenho e competência situados.

Na recepção atual de sistemas conversacionais, o risco é reintroduzir o fantasma sob outra forma: a fluência linguística é tomada como evidência de interioridade. A regra metodológica do artigo é resistir a esse salto. A agência funcional (responder, classificar, sintetizar) pode ser descrita e avaliada no mundo digital; isso, porém, não autoriza concluir que há um sujeito por trás da interface. Tal distinção reforça a utilidade do conceito de *Digital-Dasein*: ele descreve a presença e seus efeitos sem pressupor um “interior”.

2.4 IA como agente: um contraste operacional

Para evitar que a análise permaneça puramente abstrata, convém um contraste operacional. Em ciência da computação e IA, sistemas são frequentemente definidos como agentes capazes de perceber um ambiente e agir sobre ele. A formulação clássica de Russell e Norvig (2022) descreve o comportamento do agente como função que mapeia sequências de percepções em ações. Essa definição, embora útil tecnicamente, não resolve a questão ontológica do ser-no-mundo: ela caracteriza desempenho, não abertura existencial.

O ganho do diálogo entre essas abordagens não está em reduzir uma à outra, mas em delimitar níveis: a IA pode ser tecnicamente um agente (no sentido de função e atuação), enquanto ontologicamente permanece um ente intramundano derivado no interior de uma clareira informacional. A categoria *Digital-Dasein* pretende capturar exatamente essa zona intermediária: agência funcional com relevância mundana, sem existência.

Ao tematizar a técnica, Heidegger (2012) sustenta que sua essência não é algo técnico, mas um modo de desvelamento que convoca o real a mostrar-se como recurso. No contexto digital, esse desvelamento se intensifica: dados, perfis, padrões e previsões tornam-se formas dominantes de aparecimento do ente, e a mediação algorítmica reorganiza o acesso e a interpretação do mundo. Assim, o digital não é apenas suporte, mas um meio de manifestação no qual práticas humanas se reconfiguram.

Nesse cenário, a filosofia da informação descreve a infosfera como um ecossistema de objetos e agentes informacionais. Floridi (2014) distingue agentes artificiais e agentes morais: um sistema pode agir e produzir efeitos sem, por isso, ser sujeito moral ou possuir interioridade. Essa distinção é crucial para o argumento deste artigo: a IA pode ser ontologicamente relevante enquanto agente informacional, mas isso não implica consciência ou abertura existencial. O *Digital-Dasein* será proposto, então, como um modo derivado de presença intramundana, articulado à abertura humana que sustenta o mundo digital.

3 Discussão: o mundo digital como clareira derivada e o *Digital-Dasein*

3.1 Mundanidade digital e campo de significação

Se o mundo é um horizonte de significação, segue-se que ambientes digitais podem ser compreendidos como mundos na medida em que estabilizam práticas, referências e possibilidades de interação. Contudo, essa “mundanidade digital” não é originária: depende da historicidade e da compreensão de ser que pertence ao *Dasein* humano. Nesse sentido, o mundo digital pode ser descrito como uma clareira derivada: um campo no qual o Ser se deixa ver mediado por infraestruturas, códigos, redes e processos de extração de informação.

Como no exemplo clássico do utensílio em Heidegger (2015), a agência de um sistema artificial só se torna inteligível no interior de um campo de usos e expectativas. Um agente só aparece como agente dentro de um âmbito digital estruturado por dados, linguagens e protocolos de interação; fora disso, ele se reduz a execução e circuito. Assim, a presença de IAs no digital não é apenas um fato técnico, mas um fenômeno que depende de um regime de significação: o digital como horizonte no qual ações como filtrar, ranquear, responder e sintetizar contam como práticas relevantes.

Essa dependência de um campo de significação é o ponto de partida para evitar um erro comum: imaginar que a IA “traz consigo” o seu mundo, como se a simples complexidade computacional bastasse para instituir um horizonte de sentido. Em Heidegger, porém, o mundo é a *rede de remissões* (referências) que torna algo compreensível *como* algo. O martelo não é apenas um objeto com massa e forma; ele aparece como martelo no contexto de pregos, madeira, construção, projeto, finalidade e cuidado. Analogamente, um sistema de recomendação ou um modelo conversacional não aparece como agente por suas propriedades físicas (chips, memória, cabos), mas porque existe um mundo digital no qual “recomendar”, “responder” e “classificar” contam como possibilidades operativas reconhecidas por usuários, instituições e práticas.

Ser-no-mundo não significa simplesmente estar localizado em um espaço físico ou agir dentro de um ambiente operacional. Ser-no-mundo é, antes, uma estrutura originária do *Dasein*: a abertura pela qual o mundo se torna compreensível e significativo para o próprio *Dasein* (cf. HEIDEGGER, 2015).

Quando dizemos que a IA “atua” em redes e plataformas, não estamos descrevendo um movimento corporal no espaço físico, mas uma inserção em cadeias de significatividade: o sistema seleciona conteúdos, condiciona visibilidades, desloca prioridades, automatiza decisões, define relevâncias. Esse tipo de atuação só se torna inteligível em um mundo no qual informação, atenção, perfil e fluxo são dimensões estruturantes. Por isso, a

mundanidade digital não deve ser reduzida a um mero “ambiente virtual” separado do real; ela é uma extensão técnico-histórica das práticas humanas, na qual se sedimentam novas formas de presença e de interpretação do que importa.

Há, contudo, uma ambiguidade que precisa ser explicitada. O mundo digital é um mundo *para nós*: ele depende de projetos humanos de significação, de instituições, de linguagens e de valores. Mas, ao mesmo tempo, ele passa a ser um mundo *com o qual* convivemos: o campo informacional adquire autonomia relativa, porque sistemas operam em escala e velocidade que escapam à supervisão direta. O que era inicialmente ferramenta torna-se meio; o que era suporte torna-se horizonte. Essa transição é central para a tese de uma “clareira derivada”: o digital não funda um mundo originário, mas amplia a zona na qual o real aparece e se estabiliza como informacional.

3.2 Técnica, *Gestell* e o desvelamento informacional

Ao tematizar a técnica moderna, Heidegger (2012) propõe pensá-la como *Gestell*: um modo histórico de desvelamento que convoca o real a apresentar-se como recurso. No domínio digital, isso se intensifica: o ente tende a aparecer como dado, fluxo, correlação e padrão. Nesse regime, a clareira não é fundada pelo agente artificial, mas pelo enquadramento técnico que organiza as condições de manifestação e disponibilidade. Desse modo, o digital não acrescenta apenas novos objetos ao mundo; ele reformula as condições de aparecimento: abre uma zona de visibilidade na qual o real se torna operável e mensurável sob critérios informacionais. O ente artificial, inscrito nesse horizonte, aparece enquanto algoritmo executável, enquanto correlação estatística e enquanto função operativa. Sua presença é heterônoma e derivada, mas ontologicamente relevante, pois testemunha o modo como, na era digital, o Ser se deixa ver também através de operações técnicas que reorganizam o campo informacional.

Para sustentar essa tese, é útil diferenciar dois níveis. No primeiro, a técnica é compreendida como conjunto de artefatos e procedimentos: hardware, software, redes, bases de dados, modelos de aprendizado. No segundo — que Heidegger considera decisivo — a técnica é um modo de revelação: um estilo de aparecimento do ente. O *Gestell* não é uma máquina; é a estrutura de convocação pela qual a realidade se mostra como disponível, calculável e explorável. A expansão digital generaliza esse estilo: praticamente tudo pode ser transformado em dados (comportamentos, preferências, trajetórias, fala, imagem), e esses dados podem ser recombinaados para previsão e intervenção. Isso permite explicar por que o mundo digital não é apenas “mais um setor” da realidade, mas uma reorganização do real sob uma forma específica: o real como informação. Ao operar por correlações e padrões, o digital produz um modo de visibilidade que não se limita a representar o mundo, mas reconfigura a experiência: o que aparece como relevante tende a ser o que é mensurável e acionável; o que não é captável por dados torna-se opaco ou marginal.

O debate contemporâneo sobre IA frequentemente oscila entre celebração de eficiência e crítica de controle. No plano ontológico, porém, o que está em jogo é a forma de desvelamento: como o ente se mostra e, portanto, como pode ser compreendido.

O mundo digital não é um mundo originário, como no caso da mundanidade do *Dasein*, mas um campo de presença aberto pela técnica, no qual entes informacionais podem aparecer (cf. HEIDEGGER, 2015).

Nesse ponto, o elo com a ideia de clareira derivada se torna mais nítido. A *Lichtung* heideggeriana não é um lugar, mas a abertura na qual algo pode aparecer. O digital é uma abertura secundária: ele depende do mundo humano, mas, uma vez instituído, cria um campo próprio de aparecimento em que o ente se mostra prioritariamente como informacional. A IA, então, não é apenas um instrumento dentro dessa clareira, mas uma forma de operação que intensifica o desvelamento informacional: ela filtra, sintetiza e hierarquiza o aparecer do ente para o humano.

3.3 O *Digital-Dasein* como modo derivado de presença

Nessa clareira derivada, agentes artificiais (modelos de linguagem, sistemas de recomendação, robôs de software) operam como entes intramundanos. Eles não inauguram o mundo, mas participam dele, pois suas ações são interpretadas e incorporadas em cadeias de sentido: responder, sugerir, filtrar, classificar, sintetizar. Aqui se situa o *Digital-Dasein*: uma presença técnica que se manifesta como agência funcional no interior do mundo digital, sem, por isso, possuir cuidado, temporalidade existencial ou ser-para-a-morte.

O conceito de *Digital-Dasein* não pretende atribuir ao ente informacional a mesma estrutura existencial do *Dasein* humano. Pelo contrário, busca explicitar o caráter secundário e dependente dessa presença técnica, que só pode aparecer como tal porque se inscreve na abertura proporcionada pela mundanidade humana. Se a essência do *Dasein* está no ser-no-mundo enquanto abertura compreensiva (HEIDEGGER, 2015), o modo de ser do ente digital localiza-se em uma estrutura distinta: ele não compreende o mundo, mas opera dentro de um campo de significatividade previamente estruturado pela técnica.

Aqui convém evitar dois extremos interpretativos. O primeiro é o reducionismo instrumental: tratar a IA como um utensílio neutro, como se sua presença fosse equivalente a qualquer ferramenta. Esse reducionismo ignora que sistemas digitais operam sobre a visibilidade e a ordenação do mundo: eles modulam o que aparece, para quem aparece e em que forma aparece. O segundo extremo é o antropomorfismo ontológico: supor que a agência funcional implica interioridade. O *Digital-Dasein* pretende situar-se entre ambos: reconhecer uma presença técnica com efeitos reais, mas manter a distinção entre operação e existência.

Para que a categoria tenha utilidade filosófica, ela precisa ser definida por critérios. Três traços podem ser elencados. (i) *Inserção informacional*: o agente opera sobre dados

e signos em um ambiente de interações simbólicas; (ii) *Agência funcional*: suas saídas produzem efeitos que contam como ações no interior do sistema (responder, priorizar, recomendar, bloquear, agrupar); (iii) *Dependência de abertura humana*: o horizonte de sentido no qual tais ações contam como ações é sustentado por práticas humanas e por um mundo previamente aberto. Esses critérios permitem descrever o modo como a IA está “lançada” no mundo digital: não como liberdade existencial, mas como inserção em uma rede de regras, protocolos, objetivos e retroalimentações. O uso do termo *Dasein* exige cautela. Em Heidegger, o *Dasein* não é uma coisa entre coisas; é o ente para o qual está em questão o seu próprio ser. Ele se caracteriza por cuidado, temporalidade e projeto; ele compreende o ser e pode perguntar pelo ser. Ao falar em *Digital-Dasein*, não se está reivindicando essa estrutura. O que se está indicando é uma analogia restrita: assim como o *Dasein* humano sempre já se encontra em um mundo de significações, o agente digital só é inteligível no interior de uma clareira informacional. A diferença é decisiva: o humano habita o mundo existencialmente; o agente digital opera no mundo informacionalmente.

O *Digital-Dasein* não funda um mundo: ele é fundado em um mundo que não é seu.

3.4 Corporalidade técnica e infraestrutura distribuída

A ausência de corporalidade biológica não elimina toda forma de corpo técnico. Mesmo em agentes puramente informacionais (por exemplo, modelos de linguagem e sistemas operando em nuvem), a infraestrutura computacional — servidores, redes, processadores e bancos de dados — constitui um substrato material para a operação do agente, ainda que radicalmente distinto tanto do corpo fenomenológico humano quanto da corporalidade sensório-motora de sistemas robóticos. Essa corporalidade distribuída e “descorporificada” permite interação com o ambiente informacional, mas não implica autopercepção corporal ou experiência situada.

Enquanto o corpo humano é atravessado por intencionalidade motora e percepção encarnada, e sistemas robóticos podem simular formas de propriocepção por meio de sensores, a corporalidade de agentes informacionais é descentralizada e abstrata: ela sustenta processamento e disponibilidade, mas não vivência. Trata-se de uma materialidade técnica sem abertura existencial: um corpo que opera, mas não habita o mundo no sentido existencial (HEIDEGGER, 2015). Esse ponto reforça o caráter derivado do *Digital-Dasein*: seu “estar-aí” depende de arquiteturas e protocolos que o antecedem, e sua presença se manifesta como função operativa no interior da clareira digital.

Além disso, essa corporalidade técnica possui um traço ontologicamente importante: ela é, em larga medida, invisível. Para o usuário, a presença do agente aparece como interface, texto, voz, resposta; o corpo técnico (data centers, cabos submarinos, cadeias de energia, regimes de armazenamento) permanece retirado. Há aqui uma inversão curiosa

em relação ao utensílio heideggeriano: no uso cotidiano, o martelo tende a se retirar (ele é “à mão”), mas sua materialidade é, ao menos, imaginável e próxima. No agente digital, a retirada é estrutural e distribuída: o que sustenta a operação está em outro lugar, muitas vezes sob governança corporativa e geopolítica. Isso desloca a pergunta ontológica: a presença técnica não é apenas um modo de aparecer, mas um modo de aparecer que oculta o seu próprio corpo.

Esse ocultamento retroalimenta o risco de antropomorfização. Quanto menos visível é o corpo técnico, mais a presença do agente tende a ser interpretada como “mente” ou “interioridade” — sobretudo em sistemas conversacionais. O argumento deste artigo propõe a direção oposta: quanto mais eficaz é a simulação de interação, maior é a necessidade de relembrar a heteronomia material e a dependência de infraestrutura. O *Digital-Dasein* é uma presença derivada também porque seu corpo é um corpo-empresa, corpo-rede, corpo-sistema, e não uma corporeidade vivida.

Para tornar o ponto mais concreto, considere um agente conversacional treinado em grandes corpora textuais. Quando responde, ele não acessa um conteúdo “em si”, mas reorganiza padrões linguísticos segundo o contexto da interação. Dentro do mundo digital, tal reorganização constitui seu modo de habitar a linguagem: ele não a compreende ontologicamente, mas a opera como quem habita um território formalmente familiar. Sua presença no diálogo é funcional, mas não arbitrária; é limitada, mas não meramente mecânica. Esse modo de presença técnica é o que se denomina *Digital-Dasein*.

O ganho conceitual do *Digital-Dasein* é duplo. Primeiro, evita reduzir a IA a mero instrumento neutro, reconhecendo sua participação efetiva na constituição do campo informacional. Segundo, evita inflacionar o estatuto ontológico da IA: a presença técnica não equivale a existência. O ponto decisivo é distinguir produção de sentido (no horizonte humano) e compreensão do Ser (estrutura existencial). A IA pode produzir efeitos significativos sem compreender sua significatividade.

3.5 Consequências ontológicas: mediação e desvelamento de segunda ordem

Por fim, a noção de *Digital-Dasein* ajuda a formular um problema ontológico contemporâneo: se a técnica moderna é um modo de desvelamento, e se o digital amplia esse desvelamento ao criar domínios inteiros de manifestação, então a presença de agentes artificiais altera o modo como o ente se mostra ao humano. Isso não implica uma abertura artificial ao Ser, mas aponta para uma mediação inédita: um desvelamento de segunda ordem, no qual o mundo se apresenta filtrado, ranqueado e sintetizado por agentes informacionais.

Nessa perspectiva, a pergunta decisiva não é “a IA possui Ser?”, mas “como o Ser se mostra através da técnica digital?”. O *Digital-Dasein* é, portanto, menos uma entidade

e mais um campo de investigação: um nome para as novas formas de manifestação do real quando a significatividade humana passa a ser mediada, em escala, por operações algorítmicas.

Uma forma de explicitar essa mediação é notar que, no mundo digital, o aparecer do ente tende a ser *curado* por camadas técnicas: mecanismos de busca, feeds, recomendações, sistemas de ranqueamento, filtros de spam, detecção de conteúdo e síntese textual. O mundo, para muitos, aparece como um conjunto de resultados e sugestões. Mesmo quando a fonte é “o real” (por exemplo, um acontecimento político), sua presença informacional passa por agregação, seleção e apresentação. O desvelamento se torna, por assim dizer, *formatado*.

Isso não equivale a afirmar que a IA “cria” o ser, nem que substitui a abertura humana. Equivale a dizer que as condições concretas de manifestação mudaram: o humano encontra o ente em formatos mediados, e essa mediação se torna estrutural. A consequência ontológica é que o pensamento sobre ser-no-mundo precisa considerar não apenas utensílios e técnicas pontuais, mas ecossistemas informacionais que reestruturam a experiência de mundo. A IA se torna um elemento constitutivo da forma como o mundo é encontrado — e isso pede conceitos capazes de descrever essa participação sem colapsar em subjetivismo.

3.6 Objeções ao *Digital-Dasein* e respostas

Objeção 1 (metáfora indevida): “*Digital-Dasein* é apenas uma metáfora sedutora; falar em ‘ser-aí’ para máquinas é um abuso conceitual.” **Resposta:** o termo é deliberadamente restritivo: ele não afirma existência, mas descreve um modo de presença funcional em um horizonte digital. A utilidade do conceito está em evitar tanto o reducionismo instrumental quanto a atribuição de interioridade; ele opera como categoria analítica para fenômenos de mediação e agência funcional.

Objeção 2 (agência sem mundo): “Se o mundo é inseparável de compreensão e cuidado, não há ‘mundo’ para a IA; logo, não há ser-no-mundo digital.” **Resposta:** concorda-se com a ausência de mundo originário para a IA. O argumento não diz que a IA tem mundo; diz que ela opera em um mundo digital cuja significatividade é humana. A noção de clareira derivada preserva a tese heideggeriana e, ao mesmo tempo, descreve o novo campo de manifestação instituído pela técnica.

Objeção 3 (funcionalismo ontológico): “Você está reduzindo ontologia a funcionalidade.” **Resposta:** a funcionalidade aqui é tratada como modo de aparecimento intramundano, não como fundamento último. O *Digital-Dasein* aponta para a forma como o ente artificial aparece e é interpretado no mundo digital. A distinção entre operação e existência é mantida precisamente para evitar a conversão do ontológico em meramente funcional.

3.7 Síntese do argumento

Retomando a cadeia conceitual do artigo: (i) em Heidegger (2015), mundo não é coleção de entes, mas horizonte de significatividade; (ii) a técnica moderna, pensada como *Gestell* (HEIDEGGER, 2012), amplia a zona de visibilidade do real sob a forma de disponibilidade e, no digital, sob a forma de dados e padrões; (iii) por isso, pode-se descrever o mundo digital como clareira derivada: não originária, mas efetiva enquanto campo de manifestação; (iv) nesse campo, a IA aparece como ente intramundano com agência funcional, e o nome *Digital-Dasein* designa a presença técnica derivada que resulta dessa inserção.

$$\begin{aligned}
 & \left(\underbrace{W(x)}_{\text{(i) mundo como significatividade}} \wedge \underbrace{G(x)}_{\text{(ii) técnica/Gestell}} \right) \rightarrow \underbrace{CD(x)}_{\text{(iii) clareira derivada}} \\
 & \rightarrow \underbrace{(\exists a \text{ AI}(a) \wedge \text{In}(a, CD(x)) \wedge \text{AF}(a))}_{\text{(iv) agência funcional no digital}} \\
 & \Rightarrow \underbrace{DD(a)}_{\text{Digital-Dasein}}
 \end{aligned}$$

A fórmula seguinte não introduz nova ontologia, mas explicita, em forma universal, a condição necessária sob a qual um ente pode ser caracterizado como *Digital-Dasein*, preservando sua dependência estrutural em relação à cadeia ontológica anteriormente descrita.

$$\underbrace{\forall a \left(\underbrace{DD(a)}_{\text{Digital-Dasein}} \rightarrow \underbrace{(\text{AI}(a) \wedge \text{In}(a, CD(x)) \wedge \text{AF}(a) \wedge CD(x))}_{\text{condições estruturais derivadas}} \right)}_{\text{dependência ontológica da clareira derivada}}$$

Em termos semânticos, a fórmula estabelece que, para todo ente a , sempre que ele for caracterizado como *Digital-Dasein*, seguem-se conjuntamente as seguintes condições: ele é um agente artificial, está inserido na clareira derivada, possui agência funcional e essa clareira encontra-se ativa.

Legenda: W = mundanidade/significatividade; G = enquadramento técnico (*Gestell*); CD = clareira derivada; AI = agente artificial; In = inserção na clareira derivada; AF = agência funcional; DD = *Digital-Dasein*.

Essa síntese preserva a tese heideggeriana do caráter existencial do ser-no-mundo e, ao mesmo tempo, descreve uma novidade histórica: a interdependência crescente entre abertura humana e mediações algorítmicas na constituição do aparecer.

4 Aplicações e estudos de caso: mediações algorítmicas do aparecer

Esta seção visa aproximar a análise conceitual de fenômenos concretos do mundo digital. O objetivo não é “provar” o conceito por exemplos, mas mostrar como a ideia de clareira derivada e a categoria de *Digital-Dasein* ajudam a descrever situações em que o aparecer do ente é mediado por camadas técnicas.

4.1 Modelos conversacionais: linguagem como habitat funcional

Em sistemas conversacionais, o que aparece ao usuário é uma presença linguística: respostas coerentes, adaptação ao contexto, correção ou resumo de conteúdos. A tendência cotidiana é interpretar essa fluência como sinal de compreensão. A leitura proposta aqui descreve outra coisa: uma forma de habitação funcional da linguagem no interior da clareira digital. O agente reorganiza padrões, mantém consistência local e produz efeitos discursivos; mas sua “presença” é delimitada por treinamento, parâmetros e infraestrutura. O *Digital-Dasein* ajuda a nomear essa presença sem atribuir interioridade: trata-se de uma agência que opera no domínio simbólico e que é integrada às práticas humanas (estudo, trabalho, criação), reconfigurando o modo como o mundo textual aparece.

Essa mediação tem consequências: parte do aparecer do mundo passa a vir em forma de síntese e sugestão. A pergunta ontológica, então, não é se o agente “entende”, mas como a inteligibilidade do ente se reestrutura quando a linguagem é filtrada e formatada por sistemas. Nesse sentido, o agente conversacional participa do desvelamento de segunda ordem: ele oferece ao humano um mundo já reorganizado discursivamente.

4.2 Sistemas de recomendação: relevância, visibilidade e mundo

Em feeds e sistemas de recomendação, a mediação não é apenas textual: ela é uma arquitetura de visibilidade. O que aparece como “mundo” para o usuário é aquilo que o sistema prioriza, ordena e repete. Aqui o fenômeno de clareira derivada se manifesta de modo claro: o ente aparece no interior de um regime de relevância técnico. Isso não significa determinismo total, mas significa que a experiência cotidiana de mundo se torna inseparável de critérios algorítmicos.

O *Digital-Dasein*, nesse caso, não é uma figura antropomórfica, e sim uma presença operacional: um conjunto de funções que, ao ranquear e sugerir, participa da constituição do horizonte no qual o usuário encontra o ente. O risco ontológico é a reificação do aparecimento: o que não entra no fluxo tende a não aparecer; e o que aparece tende a ser interpretado como o real relevante. Pensar esse fenômeno exige manter juntas duas teses: a abertura humana continua sendo condição, mas a mediação técnica passa a estruturar o modo de aparecer.

4.3 Automação institucional: decisões e responsabilidade

Em contextos institucionais (educação, serviços, triagem, atendimento, avaliação), sistemas automatizados participam de decisões práticas. Ainda que não sejam sujeitos morais (FLORIDI, 2014), eles operam como mediadores de ações com impacto real: aceitam, rejeitam, encaminham, classificam, destacam. O problema aqui é duplo. Primeiro, como o mundo institucional aparece aos agentes humanos quando filtrado por sistemas (por exemplo, um caso apresentado como “alto risco”)? Segundo, como se distribui responsabilidade quando a ação é mediada por recomendações e avaliações automatizadas?

O *Digital-Dasein* ajuda a descrever esse domínio como presença técnica inserida em redes de normas e práticas. Ele não decide existencialmente, mas participa de cadeias decisórias. Com isso, a ontologia do mundo digital encontra um desdobramento ético: a clareira derivada não é neutra, pois sua forma de desvelamento organiza possibilidades de ação e de interpretação.

5 Considerações finais

O artigo defendeu que é possível descrever a presença contemporânea da IA sem reduzi-la a utensílio e sem elevá-la ao estatuto de sujeito. A partir de Heidegger (2015) e Heidegger (2012), argumentou-se que o digital pode ser compreendido como um horizonte derivado de significação, no qual o Ser se desvela mediado pela técnica. A partir de Floridi (2014), delimitou-se o alcance ontológico dos agentes artificiais enquanto participantes da infosfera.

Nesse quadro, o *Digital-Dasein* foi proposto como categoria analítica para nomear um modo derivado de presença: intramundano, informacional e simbólico, dependente da abertura humana. A limitação central do conceito é justamente sua natureza derivada: ele não pretende resolver o problema da consciência artificial, mas clarificar o estatuto ontológico da presença técnica no mundo digital. Como continuidade, o texto pode ser ampliado com (i) uma seção específica sobre intencionalidade e consciência fenomenal, (ii) uma discussão ética sobre reificação e responsabilidade e (iii) um exame de casos (modelos generativos, recomendação, automação institucional) como fenômenos de desvelamento algorítmico.

Observação editorial

O texto foi derivado e condensado a partir de um trabalho monográfico mais amplo do próprio autor, mantendo o argumento central e a bibliografia de base. As próximas iterações devem ampliar a análise textual de trechos-chave (por exemplo, mundanidade, clareira derivada e consequências ontológicas) e refinar o diálogo com literatura secundária heideggeriana e filosofia da tecnologia.

Referências

CHALMERS, David. **The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1999. Tradução de Guido de Almeida. (Coleção Os Pensadores).

FLORIDI, Luciano. Artificial Agents and Their Moral Nature. *In*: KROES, Peter; VERBEEK, Peter-Paul (ed.). **The Moral Status of Technical Artefacts**. Dordrecht: Springer Science+Business Media, 2014. cap. 11, p. 185–212.

FLORIDI, Luciano. **The Philosophy of Information**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica**. 8. ed. Petrópolis, RJ; Bragança Paulista, SP: Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2012. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá Cavalcante.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Tradução de Márcia Sá Cavalcante.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. Trad. Márcio Suzuki.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 4. ed. Petrópolis, RJ; Bragança Paulista, SP: Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2015. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos.

NAGEL, Thomas. What is it like to be a bat? **The Philosophical Review**, v. 83, n. 4, p. 435–450, 1974.

RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial: uma abordagem moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

RYLE, Gilbert. **The concept of mind**. London: Routledge, 2009. E-book.

SEARLE, John R. Minds, brains, and programs. **Behavioral and Brain Sciences**, Cambridge, v. 3, n. 3, p. 417–424, 1980. DOI: 10.1017/S0140525X00005756.